

CONGREGAÇÃO

ATA

Sessão de 7.8.2015

FDRP



1 **ATA DA 53ª SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE**
2 **RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos sete dias do mês de
3 agosto de dois mil e quinze, às catorze horas, em terceira e última convocatória, na Sala da
4 Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo,
5 reúne-se a Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - FDRP, sob a
6 Presidência do Professor Associado Umberto Celli Junior, Diretor da Unidade, com a
7 presença do Professor Titular Ignácio Maria Poveda Velasco; dos Professores Associados
8 Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelhos, Rubens Beçak; Alessandro Hirata (Chefe do
9 Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas); dos Professores Doutores
10 Camilo Zufelato (Chefe do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil), Caio
11 Gracco Pinheiro Dias (Chefe do Departamento de Direito Público), Gustavo Assed Ferreira
12 (Presidente da Comissão de Pós-Graduação), Daniel Pacheco Pontes (Presidente da
13 Comissão de Cultura e Extensão Universitária), Eduardo Saad Diniz (Suplente da
14 Presidente da Comissão de Pesquisa), Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, Guilherme
15 Adolfo dos Santos Mendes, Emanuelle Urbano Maffioletti; do Representante Discente de
16 Graduação Jesus Pacheco Pontes e Frederico Espinoza Cerruti; da Representante Discente
17 da Pós-Graduação Elisa Vanzella de Lucena, bem como do Representante dos Servidores
18 Técnicos Administrativos, Sr. Edvaldo da Silva Campos. Presente, também, a Sr^a. Maria
19 José de Carvalho Oliveira, Assistente Acadêmica, para secretariar a reunião. Justificaram,
20 antecipadamente, suas ausências, os Professores Titulares Giselda Maria Fernandes Novaes
21 Hironaka (Vice-Diretora), Luis Eduardo Schoueri, Antonio Scarance Fernandes, Nelson
22 Mannrich; os Professores Associados Thiago Marra de Matos e Márcio Henrique Pereira
23 Ponzilacqua; os Professores Doutores Cintia Rosa de Lima e Jonathan Hernandez
24 Marcantonio. Havendo número legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dá as
25 boas vindas a todos, em especial ao Secretário Geral Prof. Titular Ignácio Maria Poveda
26 Velasco e também do colega Prof. Titular Nelson Mannrich que dá ao Colegiado a alegria de
27 sua presença. Em seguida, o **Sr. Diretor** inicia a **Parte I – EXPEDIENTE - 1 -** Discussão
28 e votação da Ata da 52ª Sessão da Congregação, realizada em 12.6.2015. O **Prof. Titular**
29 **Ignácio Maria Poveda Velasco comenta** que leu a Ata e observou que desta vez foi um
30 pouco sumariada, ou seja, não foram transcritas manifestações de alguns conselheiros, o
31 que considera interessante para melhor ilustrar e até para efeitos de registros históricos. Diz
32 isso porque em relação ao item 5, relativo às políticas de ingresso, houve os esclarecimentos
33 quanto ao material normativo pelo Sr. Diretor, e logo após já vem a deliberação da



34 Congregação. Esclarece que a proposta aprovada, para que houvesse foco nas escolas
35 públicas partiu da representação discente e considera isso importante para registro
36 histórico. Diz não saber a razão pela qual a Ata foi feita assim, mas reitera que considera
37 interessante constar as manifestações. O **Sr. Diretor considera** oportuna as observações
38 do Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco, até porque houve algumas solicitações para
39 que se pudesse compactar algumas coisas que, talvez, não devessem constar da Ata.
40 Considera que é importante que o Colegiado se manifeste nesse sentido, se preferem uma
41 Ata na sua plenitude ou de fazer de uma forma compacta. O **Sr Diretor esclarece** que
42 houve sugestões, essa foi uma primeira tentativa, mas está em aberto. O **Prof. Dr. Camilo**
43 **Zufelato comenta** que quanto ao estilo de Ata, pessoalmente, prefere a Ata mais enxuta.
44 Sabe que é uma questão controvertida dentro da USP, mas é favorável a disponibilização da
45 gravação da Ata para os membros. Entende que seria o caso de manterem uma Ata mais
46 concisa e na hipótese de não ter constado alguma coisa, para fins de registro histórico, seria
47 disponibilizada a gravação. Diz que sabe que esse é um assunto bastante complicado, tem
48 certeza que essa decisão da USP é contrária, mas prefere a Ata mais enxuta. O **Sr. Diretor**
49 **pondera** que o ideal é conseguir uma Ata mais enxuta, porém, sem prejuízo de
50 informações relevantes. Considera, ainda, que muitas coisas são desnecessárias e
51 sobrecarrega o trabalho, inclusive, da Assistência Acadêmica. O **Prof. Dr. Caio Gracco**
52 **Pinheiro Dias reforça** que uma dessas propostas para tornar as Atas mais sintéticas foi
53 dele, justamente, tendo em vista o tempo imenso que perdem, com poucos funcionários,
54 fazendo de gravação de Atas, e depois, para ler e rever. Considera que, em que pese, todo o
55 denodo dos funcionários, a transcrição de palavras faladas oralmente sempre acaba saindo
56 com erros de português e é complicado. Considera, ainda, melhor fazer uma Ata sintética
57 que incorpore o núcleo do que foi discutido, e que qualquer verificação posterior possa ser
58 feita com base na gravação. Comenta que devem pensar que a Unidade tem poucos
59 funcionários, comparada a outras Unidades e, talvez, tivessem um uso mais importante
60 para as horas de trabalho, do que simplesmente ficar fazendo a de gravação tão detalhadas
61 das Atas. Considera que podem tentar, com o tempo, refinar essa prática. Concorda com o
62 Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco que a Ata deve ser representativa do que foi dito
63 e tem que dar as razões das decisões que estão sendo tomadas, inclusive para que recursos
64 possam ser apresentados contra a decisão do Colegiado, para que possa ser verificada a
65 racionalidade e a coerência dessas decisões. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda**
66 **Velasco diz** que o Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias colocou uma questão relevante,



67 pois, do ponto de vista administrativo, nas decisões de Colegiados, o fundamento muitas
68 vezes está justamente nos argumentos apresentados durante a discussão, quando, por
69 exemplo, a decisão do Colegiado não acompanha o parecer do relator. O **Prof. Associado**
70 **Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho diz** que a propósito da publicidade
71 dada aos atos, renova sua proposta, que tem feito já há sete anos, de que as Atas dos
72 Colegiados sejam publicadas para todos os interessados, que as sessões possam ser
73 gravadas e todo o seu conteúdo disponibilizado publicamente. Esclarece que há recursos
74 tecnológicos para isso e não existe nenhuma razão para não fazê-lo, para que possam
75 franquear o acompanhamento das sessões em tempo real. Esclarece, ainda, que basta
76 colocar um “botão” no *site* da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e todas as pessoas que
77 quiserem poderão ouvir o que estão falando. O **Sr. Diretor esclarece** que, com relação à
78 publicação das Atas, por iniciativa desta Diretoria, todas as Atas da Congregação estão no
79 *site* da Faculdade já há bastante tempo. Comenta que foi uma recomendação desta Diretoria
80 para que as Atas dos demais Órgãos Colegiados desta Faculdade também constassem do
81 *site*. Comenta, ainda, que o *site* tem sido constantemente aprimorado e quer que ele seja o
82 mais transparente possível, portanto, estranha um pouco o comentário do Prof. Associado
83 Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, a respeito, embora esteja de acordo, pois,
84 quanto mais publicidade e transparência, melhor. Esclarece que, da parte da Diretoria, as
85 Atas estão todas no *site*, e se o Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos
86 Coelho quiser consultar o *site*, verá que não só as Atas, mas toda a Execução Orçamentária,
87 todas as Portarias e Deliberações estão no *site*. Pondera que o que falta fazer é solicitar
88 novamente aos representantes de outros Colegiados, e o faz aos que aqui estão presentes,
89 para que também coloquem no *site* as suas Atas. Reitera que esta Diretoria tem apoiado de
90 uma maneira enfática essa necessidade de uma crescente transparência. Quanto à
91 possibilidade de gravar e transmitir *online* é possível, pois, nas reuniões do Conselho
92 Universitário isso já ocorre. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que
93 são gravadas, mas não são *online*. O **Sr. Diretor considera** que a medida que isso for se
94 consumando, no Conselho Universitário, também poderão fazer e é amplamente favorável.
95 Comenta, ainda, que se *online* ou *real time* ainda não é possível, vai verificar a possibilidade
96 de gravar a sessão. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco pergunta** se as
97 Atas das demais Comissões e Conselhos estão sendo disponibilizados no *site*. O **Sr.**
98 **Diretor esclarece** que não tem visto isso ainda, embora já tenha feito essa recomendação.
99 Considera que devem ser publicadas, assim como já é feito por parte da Diretoria, no que se



100 refere à Congregação e CTA. Reforça o pedido aos Chefes de Departamento e aos
101 representantes das Comissões para que façam isso. O **Representante Discente da**
102 **Graduação Jesus Pacheco Simões concorda** com o Prof. Associado Nuno Manuel
103 Morgadinho dos Santos Coelho, pois, considera que realmente o melhor que qualquer um
104 pudesse acompanhar a reunião *online*. Faz coro a esse pedido e considera interessante,
105 também, a divulgação da pauta com os tópicos que serão discutidos, para que os alunos
106 pudessem acompanhar o que vai ser discutido e poder agregar esse debate. O **Sr. Diretor**
107 **esclarece** que as pautas da Congregação já são divulgadas previamente, o que é preciso
108 fazer é que as pautas dos departamento também sejam colocadas no site. O
109 **Representante Discente da Graduação Jesus Pacheco Simões comenta** que as
110 pautas não são divulgadas antes da reunião, só depois que é realizada. Considera
111 interessante a publicação prévia para qualquer cidadão que tiver interesse. Esclarece que os
112 alunos tentam divulgar sempre, mas para quem é fora da Faculdade, se tiver o interesse,
113 pode acompanhar. Sugere a atualização das Atas de outros departamentos e de comissões
114 que estão desatualizadas. O **Sr. Diretor reitera** o pedido aos Chefes de Departamento
115 para que também coloquem à disposição suas pautas e Atas, assim como já tem sido feito
116 em relação à Congregação e CTA. Diz que quanto mais transparência houver será melhor e
117 se daqui dois anos, quando não estiver mais nesta Diretoria, nada tiver feito, pelo menos
118 isso pode dizer que fez, que é assegurar a transparência. Não havendo manifestações nem
119 alterações, a Ata é aprovada, por unanimidade, pelos presentes. Em seguida, o **Sr. Diretor**
120 **inicia** o item **2 - Comunicações do Sr. Diretor. a)** comunica que no mês de junho
121 tiveram um intenso trabalho para o preenchimento dos formulários referentes ao 4º Ciclo
122 da Avaliação Institucional da Universidade de São Paulo. Agradece aos Chefes de
123 Departamento que trabalharam arduamente no preenchimento dos formulários dos
124 departamentos, agradece também aos Presidentes das Comissões que ajudaram na
125 elaboração do relatório da Unidade. Agradece, também ao trabalho da Assistente
126 Acadêmica Sr^a Maria José de Carvalho Oliveira e do Sr. Leandro Vitorio Trigueiro que foi
127 fundamental para que conseguissem, em tempo, apresentar o Relatório de Avaliação
128 Institucional da FDRP. Esclarece que foram respondidas várias questões sobre a missão da
129 Faculdade, o perfil dos egressos, proposta educacional, e cada departamento respondeu de
130 uma maneira e a Unidade respondeu, também, a sua maneira. Esclarece, ainda, que pediu à
131 Assistência Acadêmica que tomasse as providências para que todos esses relatórios fossem
132 disponibilizados no *site*. Reitera seu pedido para que todos examinem o site da Faculdade,



133 pois, tudo aquilo que foi dito pelos departamentos e pela Unidade em relação à sua própria
134 avaliação está lá. Lembra nos dias 25 e 26 próximos, terão a presença dos avaliadores
135 externos, e estes já estão examinando esses documentos, para emitir um relatório sobre a
136 Faculdade. Esclarece que são três avaliadores, sendo um da Universidade Federal do Rio de
137 Janeiro, Prof. Carlos Eduardo Adriano Japiassú, indicado pelo Prof. Dr. Eduardo Saad
138 Diniz, ao qual faz seu agradecimento. O outro avaliador é o Prof. João Maurício Leitão
139 Adeodato da Universidade Federal do Pernambuco e a terceira é a Prof. Sandra Cecilia
140 Negro da Universidade de Buenos Aires. Esclarece que a ideia é que todos, Diretor,
141 Presidentes de Comissões, e Chefes de Departamento, mais a equipe administrativa de
142 apoio possam recepcionar os avaliadores externos no dia 25.8. Considera isso muito
143 importante para a Faculdade e pede a colaboração de todos; **b)** tendo em vista o término
144 dos mandatos dos Chefes de Departamento, dois já realizaram as eleições para o próximo
145 mandato e foram eleitos: para o Departamento de Direito Privado e de Processo Civil o Prof.
146 Jair Aparecido Cardoso, com a suplente Prof^a Cíntia Rosa Pereira de Lima; e para o
147 Departamento de Direito Público, o Prof. Rubens Beçak, com a suplente Prof^a Ana Carla
148 Bliacheriene. O DFB irá se reunir no próximo dia 13.8, quando deverá ocorrer a eleição
149 daquele Departamento. Aproveita para agradecer os trabalhos dos Professores Doutores
150 Camilo Zufelato e Caio Gracco Pinheiro Dias à frente dos seus respectivos Departamentos,
151 que tanto trabalharam, não só pelos seus Departamentos como também pela Faculdade.
152 Cumprimenta também o Prof. Associado Rubens Beçak e lhe deseja uma gestão exitosa
153 frente ao Departamento de Direito Público; **c)** estão acontecendo na Unidade os concursos
154 de Livre-Docência, e neste momento está em andamento o da Prof^a Maria Paula Costa
155 Bertran Muñoz. Na semana que vem será o do Prof. Gustavo Saad Diniz e em setembro o
156 dos Profs. Marco Aurélio Gumieri Valério e Gustavo Assed Ferreira. Em junho foi realizado
157 o do Prof. Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, que foi aprovado, cujo relatório está na
158 pauta de hoje para homologação; **d)** chama a atenção que no dia 13.8 haverá a importante
159 Cerimônia para a outorga do Título de Prof. Emérito ao Prof. Titular Luiz Olavo Baptista,
160 para a qual esta Congregação foi convocada. Como todos sabem, é uma sessão solene da
161 Congregação e pede a todos que prestigiem o evento e ajudem na divulgação. Ressalta que
162 poucos conseguiram galgar o posto que ele conseguiu, que foi o de Presidente da segunda
163 mais importante organização internacional do mundo, que é a OMC – Organização Mundial
164 do Comércio, como Presidente do Órgão de Apelação. Isso é algo de grande honra para a
165 Faculdade e reitera o pedido para que todos colaborem e ajudem na divulgação. Informa



166 que o Prof. Titular Ignácio Maria Pereira Velasco já deu a notícia de que estará
167 representando o M. Reitor no evento; e) recebemos o Relatório Final do Grupo de Trabalho
168 pró-calouros da Pró-Reitoria de Graduação, referente ao Prêmio “Semana de Recepção aos
169 Calouros 2015”. As Unidades vencedoras foram: 1º lugar: IME; 2º lugar: EEFE e em 3º
170 lugar: ESALQ. Registra seus cumprimentos ao Prof. Associado Luciano de Camargo
171 Penteado pela realização da Semana de Recepção aos Calouros 2015 que foi muito bem
172 sucedida; f) a partir de uma consulta de interesse, baixou a Portaria Interna FDRP/USP Nº
173 19/2015, que dispõe sobre a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar proposta com
174 critérios objetivos e de mérito para a distribuição de cargos de Professor Titular entre os
175 Departamentos da FDRP composta pelos seguintes membros: Alessandro Hirata, Camilo
176 Zufelato, Gustavo Assed Ferreira, Jonathan Hernandez Marcantonio, Nuno Manuel
177 Morgadinho dos Santos Coelho, Rubens Beçak e Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. O
178 prazo para apresentação de proposta se encerra no dia 25.8 próximo, para envio à CAA.
179 Esclarece que enviou emails para os professores da Unidade consultando-os quanto ao
180 interesse de participação nesta comissão. Esta comissão apresentará uma proposta para que
181 a Congregação possa avaliar quais serão os critérios para os futuros cargos de Professor
182 Titular que serão concedidos a essa Faculdade. Registra que recebeu um pedido do Sr.
183 Secretário Geral da USP Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco, para que a Faculdade
184 se manifestasse até 28.9 p.f., encaminhando uma proposta, portanto, a comissão deve
185 apresentar uma proposta até 25.8, para ser votada em setembro. Ressalta que formalizou
186 ofício ao Sr. Secretário Geral, Prof. Ignácio, pedindo um pouco mais de tempo, para que o
187 material possa ser apreciado pela Congregação em setembro. O **Prof. Titular Ignácio**
188 **Maria Poveda Velasco esclarece** que ainda não recebeu o ofício, mas, não vê
189 dificuldades para que seja atendido o pedido. Informa que a Comissão de Assuntos
190 Acadêmicos – CAA solicitou esses critérios das Unidades novas, ou seja, as que ainda não
191 têm Professores Titulares, pois, é uma solicitação diferente das Unidades consolidadas que
192 já têm cargos que de repente vagam e são colocados em concurso. Diz que no ofício
193 encaminhado pela CAA são dois aspectos de informações solicitadas e com base nessas
194 informações será estabelecido um plano de distribuição de cargos; g) de 6 a 8.8 está
195 acontecendo na Unidade o V Seminário de Pesquisa de Direito Administrativo da USP, em
196 parceria com a Universidad Autonoma de Madrid (UAM), cujo tema é “Prevenção e solução
197 de conflitos administrativos: o controle interno da administração como alternativa à
198 judicialização”, organizado pelo Prof. Thiago Marrara de Matos em parceria com a UAM; h)



199 de 17 a 20.8 será realizada a VIII Semana Jurídica – O Novo Processo Civil Brasileiro. A
200 Comissão do evento é presidida pelo Prof. Fernando da Fonseca Gajardoni, integrada por
201 outros docentes e funcionários; **i)** dia 28.8 haverá uma palestra na Unidade sobre o tema
202 “Corrupção e Direito Penal”, tendo como palestrante o Prof. Ignacio Berdugo Gómez de la
203 Torre, Prof. Catedrático da Universidad de Salamanca, sob a coordenação do Prof.
204 Associado Rubens Beçak; **j)** Dia 30.9 haverá o IX Seminário Internacional sobre
205 Delinquência Juvenil – 2015, organizado pela Organização Comunitária Santo Antônio
206 Maria de Claret, em parceria com a FDRP e a FFCLRP. O público alvo são profissionais e
207 estudantes de graduação e de pós-graduação em Ciências Humanas. Inscrições de 23.7 a
208 20.9. Não havendo mais comunicações, inicia o item **3 - Eleição de um membro**
209 **docente, para integrar a Comissão Permanente de Publicações, tendo em vista**
210 **o término do mandato da Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi, em 9.7.2015. O Sr.**
211 **Diretor registra** que foi feita uma consulta de interesse, tendo sido recebidas as
212 manifestações dos Professores Doutores Paulo Eduardo Alves da Silva e Juliana Oliveira
213 Domingues, que teriam interesse em compor a Comissão Permanente de Publicações. **Em**
214 **votação:** apurados os votos, obtém-se o seguinte resultado: 11 (onze) votos para o Prof. Dr.
215 Paulo Eduardo Alves da Silva e 5 (cinco) votos para o Prof^a Dr^a Juliana Oliveira
216 Domingues. É eleito, portanto, o Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva para compor a
217 Comissão Permanente de Publicações da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da
218 Universidade de São Paulo. **4 - Palavra aos Senhores Presidentes das Comissões de**
219 **Graduação, de Pós-Graduação, de Cultura e Extensão Universitária e de**
220 **Pesquisa.** O Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira informa que iniciaram as aulas da
221 segunda turma do curso de Mestrado nessa semana que passou. Diz que a turma é bastante
222 dinâmica e deixa a sensação de que, mais uma vez, souberam selecionar bons candidatos
223 para integrar o corpo discente do mestrado. Comunica que nos próximos dias 20 e 21 de
224 agosto a Comissão de Pós-Graduação estará representada junto ao Comitê de Área, em
225 Brasília, com o apoio da Diretoria, que disponibilizou as verbas para a realização de uma
226 espécie do foro de debates sobre o atual estágio, não só da pesquisa em direito, mas das
227 avaliações. Comenta que houve uma mudança de rumo nas avaliações, estas passaram a ser
228 quadrienais, e estão na metade do período, que é no segundo ano de avaliação. A nova
229 coordenadora da Área é da UnB, Professora Claudia Rosane Roesler, que assumiu o cargo
230 em substituição ao Professor Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, e ela convidou os
231 presidentes e coordenadores de curso para conversar um pouco sobre o que será avaliação,



232 e também para analisar alguns andamentos do quadriênio. Considera isso importante, e
233 uma iniciativa válida que se chama seminário de meio termo, por estar na metade da
234 avaliação. Comenta que há alguns problemas sérios a serem enfrentados, como o corte de
235 orçamento, pois, para se ter uma ideia o contingenciamento promovido pelo arrocho fiscal
236 do Governo Federal chegou a retumbante casa de 75% da pesquisa científica no Brasil. Diz
237 que imaginavam esse contingenciamento em torno de 10 a 40%, mas, foram surpreendidos
238 com 75%. A grande questão é como fica a avaliação quadrienal deste ano, dado ao impacto
239 na metade do segundo ano de avaliação do desempenho geral da pós-graduação no Brasil,
240 tendo em vista essa dificuldade crescente em poder produzir, publicar e gerar intercâmbio
241 por meio de eventos de extensão, que é uma pauta importante dentro do quadro da pós-
242 graduação no Brasil. O **Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes comunica** que voltou de
243 férias nesta última semana e que o Prof. Associado Alessandro Hirata o substituiu enquanto
244 estava ausente. Portanto, ele organizou, com o apoio da Diretoria, a Feira das Profissões
245 que está ocorrendo na capital e termina amanhã. Registra que ontem esteve lá o Prof. Dr.
246 David Diniz Dantas, hoje a Prof^a Dr^a Juliana Oliveira Domingues e amanhã o Prof. Dr. Caio
247 Gracco Pinheiro Dias. Agradece aos professores pela disponibilidade de ir à São Paulo em
248 um sábado para essa incumbência e considera muito importante ter a colaboração dos
249 docentes nas atividades de cultura e extensão. Informa que ainda esse mês iniciarão as
250 aulas do curso da terceira idade, e deixa o convite a todos os docentes que queiram
251 participar das atividades, pois, é muito importante que tenham essa participação para
252 manter vivo esse curso que já foi reconhecido pela própria Pró-Reitoria, pela sua excelência
253 e visibilidade que dá para a Faculdade. O **Prof. Dr. Eduardo Saad Diniz esclarece**, a
254 respeito do repasse das bolsas de pesquisa da Reitoria da USP e também do Santander, que
255 este ano foram todas concentradas em um programa unificado com base no critério
256 socioeconômico, e não no critério de mérito acadêmico, como de costume acontecia na
257 Universidade de São Paulo. Esclarece que, além disso, também houve uma redução drástica
258 no repasse das bolsas do CNPq e a Unidade recebeu apenas duas bolsas de pesquisa para
259 iniciação científica. Comenta que isso incomodou bastante a comunidade científica da
260 Universidade de São Paulo, por isso, fizeram contato com várias Unidades para fazer um
261 tipo de ação conjunta, tomando uma posição frente a esse contexto. Comenta, ainda, que a
262 Faculdade de Direito do Largo São Francisco interpretou da mesma forma negativa a
263 redução no repasse das bolsas e a que a Prof. Associada Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
264 já tem uma reunião agendada com a Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima, Presidente da



265 Comissão de Pesquisa, para que possam coordenar uma ação conjunta e tentar reaver a
266 situação. Partilha que também incomoda um pouco a forma obscura como foi gerenciado
267 esse processo de drástica redução das bolsas de iniciação científica. Elogia o Sr. Eder
268 Gonçalves de Pádua, secretário da Comissão de Pesquisa, pelo seu empenho, pois, todos os
269 dias buscava contatar a Pró-Reitoria de Pesquisa, buscava maior nível de comunicação, um
270 nível de informação mais adequado, dada a natureza da questão e sempre lhe era repassado
271 o “fale conosco”, que nunca falou conosco. Insiste que essa forma um tanto quanto obscura
272 como foi manejada a questão a alteração dos critérios de concessão de bolsas de iniciação
273 científica, que considera um tema bastante delicado, pois, diz que vê na pesquisa científica
274 da Universidade de São Paulo algo que lhe traz bastante destaque e efetivo impacto na
275 sociedade brasileira. Hoje, mais uma vez, antes dessa reunião, procurei atualizar esse
276 contato e ausência de comunicação, e às 13h42m ligou mais uma vez para a Sonia,
277 funcionária da Pró-Reitoria de Pesquisa, buscando contato e lhe pareceu que esta não era
278 uma situação prioritária para a Pró-Reitoria de Pesquisa, pois, das 13h42m às 14h12m
279 estive esperando o contato da funcionária responsável pelo agendamento com o Pró-Reitor
280 de Pesquisa. Comenta que se não fosse a atuação do Prof. Titular Ignácio Maria Poveda
281 Velasco que, por acaso, encontrou-o na sala do Apoio Acadêmico, com o Sr. Eder, e
282 intercedeu favoravelmente facilitando essa comunicação, talvez estivesse até agora
283 aguardando o contato. Agradece ao Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco pela ajuda e
284 diz, em nome da Comissão de Pesquisa, que isso não justifica a falta de atenção ao professor
285 responsável pela Comissão de Pesquisa da Unidade. Considera este mais um sinal que
286 reforça seu grande desprestígio ao buscar um nível de comunicação suficiente a respeito das
287 bolsas de iniciação científica. Esclarece que quando o Prof. Titular Ignácio Maria Poveda
288 Velasco intercedeu, pode finalmente conversar com a servidora Jussara que explicou que a
289 situação não era uma deliberação da Pró-Reitoria de Pesquisa, mas sim da Reitoria, que,
290 inclusive, suspendeu o Edital que tomava conjuntas as três bolsas da Pró-Reitoria de
291 Pesquisa, do Santander e também do CNPq. Diz que gostaria de deixar registrado perante
292 os colegas que lhe surpreende o fato de que também a Pró-Reitoria de Pesquisa não tenha
293 se manifestado em uma alteração tão sensível nos critérios de alteração de concessão de
294 bolsas para pesquisa científica. Ressalta que não lhe parecia, em todas as reuniões do
295 Conselho de Pesquisa, que havia um consenso sobre essa alteração do critério do mérito do
296 projeto de pesquisa para o critério socioeconômico. Gostaria de deixar isso claro aos
297 colegas, e seguirão com a Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima nas iniciativas de um



298 agendamento, que desta vez fizeram por escrito. Comenta que trouxe uma cópia do ofício
299 para os colegas, solicitando um agendamento com o ilustre Pró-Reitor de Pesquisa, para
300 que possam verificar o que é possível fazer a partir dessa situação. Gostaria de solicitar o
301 apoio do Colegiado para que possam, em Ata, aprovar que o Colegiado suporta a iniciativa
302 da Comissão de Pesquisa de buscar o agendamento e tentar um nível de comunicação mais
303 adequado com a Pró-Reitoria de Pesquisa. Esclarece que foram contempladas apenas duas
304 bolsas pelo PIBIC, uma orientada pelo Prof. Associado Thiago Marrara de Matos e outra da
305 Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima. O **Sr. Diretor diz** que o Colegiado apoia todos os
306 esforços e iniciativas da Comissão de Pesquisa e tem a impressão de que pode falar em
307 nome do Colegiado, em dar esse apoio aos esforços que têm sido feitos por essa Comissão.
308 Não havendo mais manifestações, o **Sr. Diretor inicia** o item **5 - Palavra aos Senhores**
309 **Membros. O Representante Discente Frederico Espinoza Cerruti pergunta** se
310 existem bolsas e qual o número de bolsas financiadas pelo Santander e institucionais, nesse
311 caso, ou se somente vieram as duas bolsas do CNPq. Além disso, aproveitando a presença
312 do Sr. Diretor, pergunta se a Faculdade pode pensar em alternativas para essa situação, se
313 seria possível financiar as bolsas com orçamento próprio. O **Sr. Diretor** esclarece que a
314 Unidade já está fazendo um grande esforço financeiro para atender as numerosas
315 demandas que têm sido apresentadas à Diretoria para apoio de atividades de professores,
316 pois, havia recursos antes que os docentes podiam utilizar e que hoje não existem mais.
317 Comenta que no semestre passado fez circular um email pedindo sugestões para os alunos,
318 professores e funcionários para que, de alguma forma, pudesse haver uma organização da
319 distribuição de recursos e quem coordenou isso com a Diretoria foi a Assistente Financeira
320 Gisele Cristina dos Santos. Receberam uma série de manifestações, inclusive, uma delas foi
321 como alocar recursos para a pesquisa. Esclarece que estão estudando essas reivindicações e
322 a Srt^a Gisele está fazendo uma análise do orçamento da Faculdade para ver o que podem
323 fazer. Justifica que antigamente algumas verbas haviam sido alocadas para os
324 departamentos, mas como havia uma profusão de meios de obtenção de recursos, muitas
325 vezes aquelas verbas nem eram utilizadas, mas, hoje, com certeza, se houver alocação de
326 recursos para os departamentos, elas serão utilizadas. Conclui que, tanto do ponto de vista
327 dos professores, para a realização de suas pesquisas, como também o fomento da pesquisa,
328 de modo geral, para os alunos, está análise está sendo feita. Diz que, como já relataram os
329 Professores Gustavo Assed Ferreira e Eduardo Saad Diniz, estão trabalhando com um
330 quadro de restrição financeira e dentro desse quadro vão procurar fazer alguns esforços



331 para tentar criar algumas alternativas à essa situação. O **Prof. Dr. Eduardo Saad Diniz**
332 **esclarece** que, em relação à quantidade de bolsas, diante da falta de informações
333 adequadas a respeito e segundo pôde interpretar com as informações nas reuniões do
334 Conselho de Pesquisa, a ideia seria criar um programa unificado com todas as bolsas da
335 Graduação, Extensão e Pesquisa para ampliar o número de bolsas oferecidas pela
336 Universidade de São Paulo. Mas, no lugar de qualificá-las, preferiram uma quantidade de
337 bolsas a serem oferecidas. Comenta que, até onde alcança o seu conhecimento, pois, não
338 tem uma informação precisa, mas algo em torno de quatro mil e quinhentas bolsas.
339 Considera que a Universidade de São Paulo tem, a partir disso, a condição de informar que
340 ofereceram quatro mil e quinhentas bolsas. Mas pergunta que tipo de bolsa que está sendo
341 oferecida? Considera que esse é um questionamento pertinente e cumprimenta o aluno pela
342 pergunta e pela iniciativa extremamente saudável de buscar alternativa ao financiamento
343 da pesquisa científica. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que
344 independentemente dos esclarecimentos que possam ser obtidos para se saber o que está
345 acontecendo, tendo em vista a situação financeira da Universidade que é do conhecimento
346 de todos, considera que uma forma a se pensar, seria através da destinação do excedente
347 dos cursos de especialização, por exemplo, que por ser um recurso extraorçamentário,
348 eventualmente, poderia ser utilizado como uma forma de custear bolsas de pesquisa. Fica
349 como ideia e sugestão. O **Sr. Diretor diz** que é oportuno e que nesse estudo que estão
350 fazendo já vão levar isso em consideração. Esclarece que o primeiro curso obteve um
351 resultado financeiro expressivo e de acordo com a deliberação atual, os próximos cursos
352 terão que destinar pelo menos 50% do seu resultado para a Unidade e, evidentemente que
353 esses recursos poderão ser utilizados para o fomento da pesquisa e outros. Esclarece, ainda,
354 que isso vai ter um reflexo mais importante a partir do ano que vem e, pois, a normativa
355 anterior previa a destinação dos recursos para os departamentos, mas, com as modificações
356 que este Colegiado aprovou, agora, no mínimo, 50% fica para a Unidade. O **Prof. Dr.**
357 **Camilo Zufelato considera** que, em relação ao resultado financeiro da sua primeira
358 edição do curso, já seria possível utilizar agora. Esclarece que o relatório já foi aprovado
359 pela Universidade e esse dinheiro já está na Unidade. Diz que iria fazer essa proposta, pois,
360 uma das consequências dessas mudanças que estão vivenciando na Pró-Reitoria é que estão
361 começando a mesclar critérios de mérito com critérios socioeconômicos. Diz que lhe parece
362 que no quesito socioeconômico, se deixarem algum aluno que tem necessidade descoberto
363 dessas bolsas, mesmo entendendo a preocupação com o mérito acadêmico, mas na medida



364 em que a Universidade começa a misturar os critérios, as consequências serão muito
365 severas. Propõe que façam uma consulta formal à Assistente Financeira quanto à
366 possibilidade de utilização, já para esse segundo semestre, do resultado financeiro da
367 primeira edição. O **Sr. Diretor esclarece** que a Assistente Financeira já está trabalhando
368 nisso, pois, já pediu para que se fizesse essa avaliação. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato**
369 **considera** que a única coisa que tem que verificar é que o objeto da apresentação da
370 proposta fica vinculado à matéria do curso, então, se houver alunos de outras áreas como
371 conseguirão disponibilizar que uma verba oriunda e determinada com fins de processo civil
372 possa ser utilizada em outra área. Coloca à disposição, mas considera que isso deve ser
373 submetida ao Conselho de Departamento, pois, o resultado financeiro é destinado a ele. O
374 **Sr. Diretor comenta** que tem perspectivas boas na Faculdade, que proveem das receitas
375 dos cursos de especialização. O **Representante Discente Frederico Espinoza**
376 **Cerruti considera** louvável a sugestão proposta pelo Prof. Titular Ignácio Maria Poveda
377 Velasco e muito bem vindo o pragmatismo do Prof. Dr. Camilo Zufelato. Pergunta se é
378 possível fechar um edital de selecionados desse projeto de pesquisa com o financiamento da
379 verba advinda desses cursos de especialização. O **Sr. Diretor esclarece** que ainda não dá
380 para saber. Dessas receitas provenientes do curso do Prof. Dr. Camilo Zufelato, a
381 contabilidade foi encerrada recentemente, ainda à luz de uma normativa anterior, que
382 permitia ao coordenador do curso destinar o lucro do curso para o departamento. Esclarece
383 que tinham pensado na possibilidade de consultar o departamento sobre a utilização das
384 verbas para atender alguma necessidade e pode haver uma reunião do conselho
385 departamental autorizando o repasse de recursos para a Unidade. Esclarece, também, que
386 não tem os resultados financeiros de outros cursos e a contabilidade deles ainda não estão
387 concluídas. Há o curso coordenado pelo Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes
388 também foi concebido sob a égide à luz da outra normativa, cuja contabilidade ainda não
389 está concluída. Agora tem uma nova normativa aprovada, que determina que 50% do
390 resultado financeiro dos cursos devem ser destinados à Unidade e partir daí terão condições
391 de responder se tem em caixa esse dinheiro para atender a demanda dos alunos que não
392 foram contemplados. Comenta que o que tem de auspicioso é que poderão utilizar os
393 recursos provenientes dos cursos que começaram sob a nova normativa. A **Representante**
394 **Discente da Pós-Graduação Elisa Vanzella Lucena diz** estar muito feliz com essa
395 proposta feita de última hora, sobre de utilização dos recursos das Especializações. Lembra
396 aos professores, para que ao formularem a destinação desses recursos também considerem



397 os alunos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Esclarece que atualmente só três alunos do
398 Mestrado estão recebendo bolsa CAPES, uma aluna está recebendo bolsa Fapesp, mas,
399 muitos alunos estão com muitas dificuldades de se dedicar ao Mestrado, e se a Faculdade
400 conseguisse financiar bolsas seria muito útil. Considera que o programa é de apenas dois
401 anos e exige muita dedicação, mas, está sendo bastante difícil para os alunos que acabam
402 tendo que entrar no mercado de trabalho para se manter. O **Sr. Diretor comenta** que
403 estão passando por um momento de crise orçamentária, então, todos têm que ter uma
404 postura mais conservadora, mas espera que na Faculdade possam viver uma realidade
405 diferente. Com a arrecadação dos cursos de especialização, realmente, poderão viver essa
406 realidade diferente e está bastante otimista com relação a isso. Esclarece que sabe das
407 dificuldades e que muitos alunos do Mestrado precisam desse auxílio. O **Prof. Dr.**
408 **Gustavo Assed Ferreira cumprimenta** a Representante Discente da Pós-Graduação
409 Elisa Vanzella Lucena pelo comentário. Comenta que o resultado desses cursos de
410 especialização tendem a ser compactados pela séria crise econômica que vive o país, e é o
411 primeiro item que as pessoas deixam de pagar. Apela ao Colegiado e à Presidência dele, que
412 já os tem ajudado tanto com as demandas, não só de discentes da Pós-Graduação, mas,
413 também, de docentes, pois, tem um programa de mestrado que está em seu segundo ano, e
414 daqui dois anos terão uma avaliação quadrienal. Considera que terão uma quebra
415 significativa no conjunto de eventos já neste segundo semestre, não só na mobilidade dos
416 alunos, mas, também, na recepção de convidados por conta da redução massacrante do
417 CAPES PROAP. Ressalta que, nesse estudo da Assistente Financeira, se puderem ser
418 atendidos, seria, não só do interesse da CPG e do corpo discente, mas, também, do interesse
419 da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto que já é considerada um centro de referência em
420 Graduação e obviamente a Pós-Graduação não pode ficar em outro patamar. O **Prof. Dr.**
421 **Camilo Zufelato espera** que estejam muito próximos de não ter mais essas discussões
422 em relação à Assistência Financeira, pois, a Fundação serviria exatamente para essas
423 funções com muito mais agilidade. Comenta que, infelizmente, a crise econômica tem
424 atingido os cursos de especialização e já sentiram o impacto disso na segunda edição de
425 Direito Tributário e na terceira edição do curso de Processo Civil, por isso, não foi aberta a
426 segunda edição do curso de Direito Tributário. Além disso, houve uma redução drástica no
427 número de interessados no curso de Processo Civil. Considera que tem que lidar com essa
428 realidade e a Fundação vem exatamente em um contexto que vai agilizar o fluxo da
429 utilização dessa verba para atender essas demandas. Considera, ainda, ser mais um reforço



430 para apostarem na ideia da Fundação e mesmo com as discussões nesta Congregação, terão
431 muito mais agilidade daqui para frente. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi** diz que
432 gostaria que a alternativa dos recursos advindos das atividades de especialização não
433 prejudicasse a iniciativa e a possibilidade de criação de algumas posturas da própria
434 Congregação com relação à inserção da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto a um debate
435 crítico mais direto sobre financiamento da educação superior do país. Comenta que não
436 conhece os números, somente as pessoas das especializações quando vem na Faculdade aos
437 sábados, mas, imagina que tem poucos alunos da Unidade fazendo as especializações.
438 Considera que tem muitos alunos que vem de instituições privadas de graduação, que não
439 tiveram acesso ao ensino público na graduação e agora na especialização também estão
440 pagando, ou seja, no limite, são contribuintes que, é também com os recursos deles que a
441 Universidade Pública acaba sustentando bolsas de pesquisa. Ressalta que há uma conta
442 cruel que lhe dói fazer, mas gostaria de fazer a proposta de uma atitude mais ativa com
443 relação a uma cobrança de explicações ou a inserção num debate mais intenso com relação
444 aos cortes recentes de financiamento por parte da CAPES, do CNPq, e ainda que não tenha
445 sido sinalizado, ou seja, não foi explicitado publicamente, mas quem está enviando projetos
446 para a Fapesp já sentiu que a Fapesp mudou bastante e o lapso de tempo entre a submissão
447 de proposta e a aprovação final. Esclarece que ela trabalhava com o prazo de noventa dias,
448 continua com o prazo de noventa dias, não anunciou nenhum corte publicamente, mas
449 sabem, informalmente que fez alguns cortes em algumas áreas em quase 80% dos seus
450 recursos, sem um diálogo com a comunidade científica do Estado de São Paulo e alguns atos
451 de movimentação do processo pelo próprio sistema SAGE, que demoraria vinte e quatro
452 horas para acontecer, agora tem demorado cerca de trinta a sessenta dias. Comenta, ainda,
453 que tiveram uma redução drástica e considera que podem pensar que isso pode diminuir o
454 poder da capacidade de ação e reflexão crítica sobre a situação que o Estado de São Paulo, o
455 Brasil está passando agora, e diz que se sentiria muito frustrada. Considera que uma coisa
456 não está dissociada à outra. Inicia-se o item **II - ORDEM DO DIA. 1. CURSO DE**
457 **ESPECIALIZAÇÃO. 1.1. PROCESSO 2014.1.343.89.2 - DEPARTAMENTO DE**
458 **FILOSOFIA DO DIREITO E DISCIPLINAS BÁSICAS.** Curso de Especialização LLM
459 em Direito Civil, aprovado, divulgado e com inscrições abertas. Intervenção do Prof.
460 Associado Luciano de Camargo Penteado observando que não foram atendidos alguns
461 dispositivos da Deliberação FDRP 01/2015. Em Sessão da Congregação realizada em 17 de
462 abril de 2015, após ampla discussão, foi aprovada a retirada dos autos de pauta, para



463 encaminhamento à Comissão de Cultura e Extensão Universitária, para se manifestar com
464 relação à legalidade da propositura do curso, **vis-à-vis** a Deliberação FDRP 01/2015, com a
465 recomendação de que fosse analisado com a máxima urgência possível. A Comissão de
466 Cultura e Extensão Universitária, em reunião realizada no dia 1º de julho de 2015, aprovou,
467 por unanimidade, o parecer do Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes, às fls. 142 dos autos, o qual
468 reconhece a legalidade do Curso de Especialização "LLM em Direito Civil". **Parecer do**
469 **relator**, Prof. Dr. Camilo Zufelato, que, em extenso parecer conclui: "... Nesse sentido,
470 como não existe proposta de outro curso na área de direito civil na Unidade, bem como há
471 proposta de destinação do lucro para o Departamento de Direito Privado e de Processo Civil
472 e à Unidade, a ser utilizado na área de Direito Civil, considero que não há conflito de
473 qualquer norma da Deliberação 01 ao presente caso." O **Prof. Associado Nuno Manuel**
474 **Morgadinho dos Santos Coelho diz** que gostaria de esclarecimentos a respeito da não
475 destinação de recursos oriundos do curso para o departamento de origem do coordenador,
476 seu proponente. Gostaria de informações se isso foi objeto de deliberação no Departamento
477 de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, se isso foi aprovado lá. Justifica que não pôde
478 acompanhar essa deliberação no seu próprio departamento. O **Sr. Diretor esclarece** que
479 examinou o processo antes de encaminhar ao relator, notou que houve uma deliberação do
480 departamento alterando a planilha financeira do curso e destinando os recursos para o
481 Departamento de Direito Privado e de Processo Civil. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato**
482 **esclarece** que existe uma nova planilha aprovada, mas não em relação à destinação, mas
483 sim à caracterização financeira em relação a entradas e saídas. O que existe é uma
484 manifestação do coordenador do curso dizendo que a destinação vai ser, à luz da
485 Deliberação FDRP 01/2015, que destina 50% do resultado do curso para o Departamento de
486 Direito Privado e de Processo Civil e 50% para a Unidade. O **Prof. Associado Nuno**
487 **Manuel Morgadinho dos Santos Coelho diz** que não tem conhecimento que os
488 docentes do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas aprovaram isso.
489 Sugere que o processo seja remetido ao Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas
490 Básicas para que possam se manifestar acerca desta questão específica que tem impacto
491 importantíssimo. Comenta que agora os outros dois departamentos já dispõem de tantos
492 recursos, e essa é uma questão muito importante, pois, o processo é oriundo do seu
493 departamento e as alterações devem ser submetidas a este. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato**
494 **considera** bastante pertinente a observação do Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho
495 dos Santos Coelho. Pondera que a análise que fez em relação a esse processo foi pensando



496 que estão tratando de um curso de Direito Civil, e se o Departamento de Filosofia do Direito
497 e Disciplinas Básicas deliberar nesse sentido, talvez, a Congregação possa ter a
498 oportunidade de se manifestar sobre a própria possibilidade de oferta dessa especialização
499 por esse departamento. Considera que isso pode ser uma questão prejudicial que reflita em
500 todo o curso. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que tinha algumas
501 dúvidas e conversou com o Prof. Dr. Camilo Zufelato no sentido de obter esclarecimentos.
502 Comenta que parte do pressuposto de que estão falando de um curso que está em
503 andamento, e esse é o ponto, e em relação a isso o curso está em andamento, mas podem
504 fazer alguns ajustes sem prejuízo. Diz que uma questão com essa levantada pelo Prof.
505 Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho que invoca a volta ao
506 departamento não vai prejudicar. Considera que o curso já está sendo realizado e tem que
507 continuar em frente. Considera muito importante e sempre houve a preocupação de que
508 tudo fosse feito sempre nos conformes. Neste caso específico, diz que há uma situação que
509 foi o que provocou a retirada de pauta do processo do âmbito da Congregação, provocou a
510 manifestação do Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos, no sentido de uma normatização,
511 enfim, de fato, essa proposta de curso foi alterada, pois, inicialmente esse curso seria feito
512 em parceria com a Fundace, e a Congregação pediu que o assunto voltasse para a Comissão
513 de Cultura e Extensão Universitária, para analisar a questão de uma possível ilegalidade,
514 como levantado pelo Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado em face, talvez, do não
515 atendimento de alguns aspectos em relação à deliberação, que é o que o Prof. Dr. Camilo
516 Zufelato menciona. Acompanhando o parecer do Prof. Dr. Camilo Zufelato, diz que uma
517 primeira dúvida que tem é que lhe parece que na versão original havia uma coordenadora
518 principal que era a Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima, e um coordenador adjunto que
519 era o Prof. Associado Alessandro Hirata e pede esse esclarecimento ao Prof. Dr. Camilo
520 Zufelato, pois, como retirou a documentação do sistema, não pôde ver o processo completo.
521 Uma segunda questão é que houve uma alteração na planilha financeira, de maneira que o
522 resultado financeiro com as despesas e receitas estimadas seria no valor de R\$942.440,00 e
523 daí se extrai um lucro estimado, no caso, fez a conta de R\$186.512,80, cuja a destinação, na
524 proposta inicial, era do lucro ser destinado ao Departamento de Filosofia do Direito e
525 Disciplinas Básicas e o Departamento de Direito Privado e de Processo Civil. Considera ser
526 essa a dúvida do Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, pois, num
527 primeiro momento era o que estava definido, mas depois, ao entrar a normativa, ficou 50%
528 para a Unidade, mas esses outros 50%, em tese, ainda poderiam ser divididos entre os dois



529 departamentos. Esclarece que essas alterações foram aprovadas pelo Departamento de
530 Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, depois aprovadas pela Comissão de Cultura e
531 Extensão Universitária em 25.11.2014, e por fim na Comissão de Cursos de Extensão,
532 presidida pelo Prof. Daniel na Pró-Reitoria, em 3.2.2015. Relata que, mais tarde, houve essa
533 intervenção do Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado que já com a Deliberação
534 FDRP 01/2015 em vigor, levantou a dúvida se essa proposta, já reformulada não estaria
535 infringindo alguns aspectos da Deliberação. O processo voltou para a Comissão de Cultura e
536 Extensão Universitária se manifestar e o Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes, Presidente da
537 Comissão faz o parecer em 23.5.2015, pelo qual entende que não há ilegalidade pelo fato de
538 que a aprovação na Comissão de Extensão e Cultura Universitária foi em 25.11.2014, e só
539 que depois disso surgiu o incidente na Congregação que mandou parar e reanalisar, e a
540 Comissão diz que a referida Deliberação passou a vigorar somente a partir de fevereiro.
541 Nesse sentido esse curso ainda estaria sob a égide da normativa anterior. Considera que não
542 é bem o caso, porque foi justamente esse curso e outros que vinham juntos que por conta
543 daquela provocação do Prof. Associado Thiago Marrara de Matos forçaram a interrupção
544 para se fazer uma normativa. Diz não saber se de fato essa diferença de datas seria
545 suficiente para justificar a legalidade do curso. De qualquer maneira, esse foi o parecer do
546 relator Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes e a Comissão de Cultura e Extensão Universitária se
547 manifesta a respeito do parecer em sessão de 1.7.2015, aprovando, por unanimidade, o
548 parecer do relator Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes, que diz que não há ilegalidade, e
549 também uma solicitação do coordenador do curso, Prof. Associado Alessandro Hirata, de
550 alteração da data de início do curso, adiando alguns dias. Diz que lhe causa um pouco de
551 espécie, pois, quem presidiu a sessão do Colegiado, no caso a CCEX, é a parte interessada. **O**
552 **Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes explica** que presidiu a reunião, somente não assinou
553 o despacho. **O Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que nesse caso, tudo
554 bem e prossegue dizendo que, na sequência dos autos há o encaminhamento para o relator
555 pela Congregação, mas, nesse meio tempo, nos dias 3 e 5.8.2015, há vários pedidos,
556 concretamente, uma solicitação de que se retire do quadro de especialistas do curso uma
557 série de nomes e que a carga horária seja computada para professores da casa, sendo
558 aprovada *ad referendum* no mesmo dia pelo presidente da Comissão de Cultura e Extensão
559 e, na sequência, no dia 5.8.2015, há também uma solicitação de alteração do detalhamento
560 financeiro, em razão do início do curso e dos requisitos legais que impedem que recebam
561 vencimentos acima do teto estabelecido para o Governador do Estado, portanto, solicitando



562 aditamento da caracterização financeira. Comenta que quando leu o documento entendeu,
563 pois, o que está previsto, já com uma redução é o valor mensal R\$10.000,00 mensais,
564 durante vinte e quatro meses, totalizando R\$240.000,00. Diz que quanto a isso não há
565 problema algum, mas, talvez uma questão que se possa levantar, que foi colocada pelo Prof.
566 Associado Thiago Marrara de Matos em relação a essa proposta, é que na proposta original
567 não se previa nenhum tipo de lucro, e talvez, nesse caso, como já mencionou a ideia é que
568 houvesse um saldo. Uma questão que coloca é que em face de certa proporcionalidade,
569 razoabilidade, até por conta do que falavam a pouco, de que à medida de que se tem um
570 lucro maior no resultado final no curso, se pode dispor, inclusive, para financiar bolsas de
571 pesquisa dos alunos. Comenta que o Prof. Dr. Camilo Zufelato menciona que o curso teve
572 início, portanto, trata-se de um curso em andamento, como já comentado, isso é fato, e dois
573 fatos relevantes. O primeiro é que o curso já teve início, e poderia se colocar que, em tese, se
574 era um assunto que ainda estava em tramitação, porque que o curso teve início? Lembra
575 que houve um pedido de adiamento por qualquer razão, e como foi adiado um pouco por
576 conveniência administrativa, de repente podia ter sido segurado até ser resolvido. Diz que o
577 segundo fato relevante, que o Prof. Dr. Camilo Zufelato menciona é que havia a tramitação
578 de um pedido de curso na área deste, ou seja, Direito Civil, proposto pelo Departamento de
579 Direito Privado e de Processo Civil, que recentemente teve desistência expressa. Esclarece
580 que quanto a isso tomou conhecimento pelos autos, gostaria de saber porquê houve essa
581 desistência, mas o Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado não está aqui para
582 justificar a causa. Em relação no parecer o Prof. Dr. Camilo Zufelato, ele fala que ao analisar
583 o teor da Deliberação nota-se que somente dois elementos poderiam ser questionados, que
584 é o fato do coordenador não ser concursado na área, poderia ser um entrave caso houvesse
585 proposta de curso na mesma área. Nesse caso como houve a desistência da proposta do
586 professor da área não haveria esse empecilho. Diz que resta saber a razão pela qual o
587 especialista na área desistiu. O segundo ponto é a proposta ter sido iniciada no
588 Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas e não no Departamento de
589 Direito Privado e de Processo Civil. Quanto ao primeiro aspecto, o Prof. Dr. Camilo Zufelato
590 responde, e volta a insistir na questão de que o curso está em andamento, mas depois, ele
591 destaca que na solicitação de alteração da caracterização financeira apresentada pelo
592 coordenador é possível notar que o espírito contido na Deliberação 01/2015 de relacionar o
593 curso com o departamento no qual está alocada a respectiva área de especialização parece-
594 lhe que está presente, pelo fato de ser o lucro destinado parcialmente ao Departamento de



595 Direito Privado e de Processo Civil a ser utilizado na área de Direito Civil e parcialmente à
596 Unidade e diz, ainda, que considera este um indicativo de aproximação do curso com o
597 departamento que oferece estas disciplinas, objeto de especialização. Considera, ainda, que
598 não lhe parece que o espírito da Deliberação, ao estabelecer em seu artigo 2º que se houver
599 algum outro curso cujo coordenador for especialista da área deve ter preferência. Não
600 considera que o espírito da coisa seja financeiro ou econômico, e sim acadêmico, ou seja,
601 quem tem competência e pertinência em relação a uma determinada matéria. Também tem
602 a questão levantada quanto do numerário para o Departamento de Filosofia, que poderia
603 ajudar, mas também pela questão de que, afinal, trata-se de um docente do departamento,
604 que está realizando uma atividade cujo resultado econômico não reverte para o
605 departamento do qual o coordenador faz parte. Comenta que o Prof. Dr. Camilo Zufelato
606 considerou que a destinação do lucro para o Departamento de Direito Privado e de Processo
607 Civil é uma forma de se sanar o vício que a proposta poderia conter, e que mais uma vez é
608 preciso considerar que o curso já está em execução. Volta a dizer que como o curso já está
609 em andamento tem que continuar, mas, talvez, haja algumas questões que possam ser
610 melhor esclarecidas que, eventualmente, até possam permitir algum tipo de ajuste na
611 proposta. Lembra que o lucro da primeira edição do curso de Processo Civil foi expressivo, e
612 também pensando na Unidade e suas necessidades, até por uma questão do princípio da
613 proporcionalidade e da razoabilidade não seria interessante que um curso que tem receitas
614 previstas e que são expressivas pudesse gerar um pouco mais de benefício para a Unidade,
615 seja como um todo, seja para um único departamento ou dois departamentos e assim por
616 diante. O **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho**
617 **esclarece (fora do microfone)** que sua intervenção se trata de uma questão de ordem,
618 pois, a planilha do curso não poderia ter uma alteração dessa natureza sem a aprovação do
619 Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, de origem. O **Prof. Dr.**
620 **Camilo Zufelato esclarece** que o departamento aprova o item 7 da caracterização
621 financeira destinando o lucro integralmente ao Departamento de Filosofia do Direito e
622 Disciplinas Básicas, na área específica do curso que é Direito Civil. Esclarece, ainda, que
623 mesmo que exista uma aprovação departamental dizendo que a verba retorna ao
624 departamento, tem essa vinculação em relação ao tema do curso. O **Sr. Diretor diz** ao
625 Prof. Nuno que não entendeu sua manifestação como uma questão de ordem. Esclarece que
626 o assunto está em pauta da Congregação e considera que ele deveria ter dito se tratar de
627 uma questão de ordem e o assunto não poderia ser discutido pela Congregação. Mas que ele



628 deveria ter deixado isso claro antes. Depois de toda discussão suscitada, o professor diz que
629 vai se retirar e suscita essa questão, como acusando o Presidente do Colegiado de não ter
630 aceitado sua questão de ordem. Fica claro que, se levantou uma questão de ordem, o fez
631 tardiamente, pois, o Colegiado começou a se manifestar e a questão de ordem ficou
632 prejudicada. O **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho diz**
633 que gostaria de consignar que acredita que a Congregação não pode deliberar a respeito
634 disso, não tendo o departamento de origem ainda deliberado. O **Sr. Diretor esclarece**
635 que o Colegiado tem que apreciar se o Conselho Departamental deliberou sobre a matéria
636 ou não. Se ficar comprovado que o Conselho Departamental não deliberou sobre a matéria,
637 se o Colegiado entender dessa forma, obviamente o assunto retorna, mas é o Colegiado que
638 tem que definir isso. Diz que não pode, de antemão, dizer se o departamento aprovou ou
639 não. O **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho esclarece**
640 que não fez nenhum ataque ao Sr. Diretor, apenas consignou que aquilo que tinha dito,
641 tinha uma natureza de questão de ordem e mantém a questão. Diz que, seja como for a
642 deliberação pelo Colegiado, apenas isso que pede, que considerem, pois, isso pode gerar um
643 vício formal no desenvolvimento desse processo, que convém, que seja prevenido. Pede
644 licença para se retirar do Colegiado em razão de compromisso familiar. O **Prof. Dr.**
645 **Camilo Zufelato diz** que passa a responder as questões, pois, anotou todas. Esclarece que
646 esse é um processo longo e realmente tem muitos detalhes e teve as mesmas dúvidas. Em
647 relação à coordenação, informa que houve a substituição, pois, o curso inicialmente, quando
648 da proposta via fundação, tinha a coordenação da Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima, e
649 especificamente nos autos, às fls. 138, há a solicitação de alteração de coordenação.
650 Considera que é exatamente esse documento que não deveria estar nesta relação, e houve
651 essa alteração de coordenação. Outra questão levantada é em relação aos valores da
652 coordenação. Esclarece que é exatamente esse um dos pontos em que o coordenador pede
653 alteração, pois houve uma redução de R\$9.000,00 para R\$5000,00, por coordenação e na
654 planilha financeira isso gera uma dúvida também, pois, a coordenação significa o acúmulo
655 de coordenador e vice-coordenador, e isso sana mais uma dúvida. Outra questão que
656 merece um esclarecimento é que o resultado financeiro e a primeira impressão de um baixo
657 valor. Esclarece que passou exatamente por essa mesma situação, quando da proposta do
658 primeiro curso, pois, a na caracterização financeira que a USP exige, devem colocar valores
659 totais, e nesses valores há certo inchaço para mais, de maneira que ao final do curso, e a sua
660 primeira edição acabou comprovando isso na prática, é que tem um número sempre muito



661 maior, porque são previstas algumas despesas no sentido de “se precisar isso estará
662 disponível”. Comenta que quando fecham o curso há um aumento desse resultado
663 financeiro bastante significativo, e esse é um ponto que para ele é bastante clara, e se
664 tivessem que analisar no contexto geral do curso quanto está resultando financeiramente,
665 talvez fosse necessário reduzir alguns tópicos pensando em um resultado financeiro mais
666 esclarecedor. Em relação ao outro tópico, que é a desistência do curso pelo Prof. Associado
667 Luciano de Camargo Penteado, esclarece que isso não está no processo, por isso não faz
668 menção, pois, foi comunicado pessoalmente como Chefe de Departamento, pelo professor,
669 dizendo que por razões pessoais ele havia conversado com o Diretor e protocolado um
670 pedido tomado a decisão de desistir. Ressalta que também quis ver o pedido no momento
671 de análise para seu parecer para entender as razões, mas o processo está em vista com o
672 Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho que era vice-coordenador
673 desse curso. Comenta, ainda, que o Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco captou
674 muito bem o problema central que procurou por em seu parecer, que é o fato do curso estar
675 em andamento, e qualquer mudança abrupta da continuidade deste curso pode gerar
676 consequências muito mais nefastas do que isso. Em seu parecer a análise foi no sentido de
677 tentar sanear na medida de possíveis vícios, onde é que poderiam estar diante de um vício
678 que não poderia ser sanado. Diz nem entrar na discussão se a normativa se aplica ou não,
679 mas, do ponto de vista do conteúdo, o que, em tese, incidiria, e foram esses elementos que
680 encontrou. Concorda integralmente com a questão financeira não é o elemento principal do
681 espírito do curso, porém, se analisarem os outros elementos na caracterização acadêmica,
682 no corpo docente, e outros elementos da caracterização acadêmica, isso lhe parece que está
683 muito claro. Considera que devem ser “pés no chão” e pensar exatamente na questão
684 financeira desse curso. Em relação à proposta que o Prof. Associado Nuno Manuel
685 Morgadinho dos Santos Coelho colocava, concorda que não há deliberação do
686 departamento, mas, no mesmo espírito de tentar, com o pé no chão, sanear esse processo,
687 vê que o departamento aprovou anteriormente, que mesmo a verba que era destinada para
688 este, ficaria vinculada à matéria do curso que é Direito Civil. Considera, ainda, que se
689 retrocederem isso ao departamento, e o departamento tomar uma postura mais rígida,
690 talvez, chegarão à conclusão mais drástica que é inviabilizar o próprio oferecimento do
691 curso. Diz ser nesse sentido que lhe parece que do ponto de vista da caracterização
692 acadêmica do curso nem seria objeto dessa Congregação analisar, mas, tentou verificar isso,
693 porque a normativa segue também essa linha, e com essa destinação lhe parece que terão



694 uma vinculação do curso não só com o seu departamento, mas com a área específica dele.
695 Diz não saber se esclareceu às perguntas, considera o processo complexo. Considera que a
696 base é que o curso está em andamento, e está bem claro, por força da vigência da
697 normativa, que qualquer outro curso como esse deverá ter origem no Departamento de
698 Direito Privado e de Processo Civil. O **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira**
699 **cumprimenta** o Prof. Dr. Camilo Zufelato pelo parecer que desde já acompanha. Diz que
700 há uma regra formal para aditamentos e em quais Colegiados esses aditamentos devem
701 passar. No caso de alterações de caracterização financeira, o aditamento começa na
702 Comissão de Cultura e Extensão Universitária e não no departamento. Considera que a
703 proposta, ou questão de ordem, que foi levantada pelo Prof. Associado Nuno Manuel
704 Morgadinho dos Santos Coelho não se faz necessária, pois, a caracterização financeira de
705 cursos de especialização, caso haja alteração, não retorna ao departamento, retorna a
706 Comissão de Cultura e Extensão Universitária, e a Comissão delibera, e vai para o setor
707 financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, que analisa novamente a
708 caracterização financeira, e coloca na pauta do Conselho de Cultura e Extensão
709 Universitária. Esclarece que o processo só está aqui por que foi suscitado pelo Prof.
710 Associado Luciano de Camargo Penteado, pois, caso contrário a aditamento deveria passar
711 somente pela CCEx e pelo setor que cuida da parte financeira e vai já para a pauta do
712 CoCEx. Em sua opinião, não há nenhuma necessidade e nenhuma coerência que isso
713 retorne ao Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas. O **Prof. Associado**
714 **Alessandro Hirata complementa** que na caracterização financeira as verbas
715 necessárias de *overhead* para a Reitoria, para a Unidade e para o Departamento continuam
716 sem ser alteradas, a destinação do lucro final é uma previsão, um bônus, e o departamento
717 não tem porque querer prever isso em seu benefício. Desde o início já foi aprovado, como
718 apontado pelo Prof. Camilo, para a área de Direito Civil. Essa mudança não muda a área do
719 curso. O **Representante Discente da Graduação Jesus Pacheco Simões comenta**
720 que no mês de abril, quando estava sendo discutindo esse tema, foi pedido para que fossem
721 suspensas as inscrições do curso, e a representação discente concordou, e foi falado que não
722 seria prejudicial suspender as inscrições do curso e agora vê que o curso estar em
723 andamento é um dos principais motivos para ele continuar, embora tenham sido corrigidas
724 diversas falhas que até motivaram a existência da normativa sobre os cursos de
725 especialização. Ressalta esse ponto, pois, foi falado sobre a suspensão das inscrições do
726 curso e não foi deliberado ou aprovado esse pedido. **A Congregação aprova, por**



727 **maioria (8 votos favoráveis e 5 abstenções), o parecer favorável do relator,**
728 **Prof. Dr. Camilo Zufelato, às fls. 148/152 dos autos. 2. RELATÓRIO BIENAL DE**
729 **ATIVIDADES DOCENTES. 2.1. PROCESSO 2009.1.160.89.0 - GUSTAVO SAAD**
730 **DINIZ.** Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pelo interessado, referente
731 ao período de 2013/2015. Aprovado *ad referendum* do Conselho do Departamento de
732 Direito Privado e de Processo Civil em 12.6.2015, com base no parecer favorável da relatora,
733 Prof^a Dr^a Maria Paula Costa Bertran Muñoz. **Parecer do relator,** Prof. Dr. Víctor Gabriel
734 de Oliveira Rodríguez, que assim conclui: "... O relatório apresentado não deixa dúvidas de
735 que o docente tem ativa produção em todas as áreas que a Universidade estima, em especial
736 a pesquisa e a ampla produção bibliográfica, com livros e muitos artigos. Todos eles, por
737 exame rápido, já se entendem de qualidade e de importância para o Direito Nacional. Nesse
738 sentido, opino pela aprovação do referido relatório bienal, tendo em vista a ampla atividade
739 do Prof. Gustavo Diniz, durante o interregno 2013-2015". **A Congregação aprova, por**
740 **unanimidade, o parecer do relator, Prof. Dr. Víctor Gabriel de Oliveira**
741 **Rodríguez, favorável ao Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado**
742 **pelo interessado, referente ao período de 2013/2015. 2.2. PROCESSO**
743 **2008.1.12.89.0 - MARTA RODRIGUES MAFFEIS MOREIRA.** Relatório Bienal de
744 Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de 2012/2013. A
745 CERT, em reunião de 17.11.2014, manifestou-se da seguinte forma: "... Examinados
746 relatório e demais elementos apresentados pela interessada, a CERT verifica que estes não
747 são suficientes para sua aprovação. Cabe enfatizar que o artigo 24 do Regulamento dos
748 Regimes de Trabalho da USP (Resolução nº 3533/89) explicita que o RTC envolve
749 necessariamente "atividades de ensino, pesquisa, bem como de extensão de serviços à
750 comunidade, se for o caso." Em vista disso, a CERT pede ao Departamento de Direito
751 Privado e de Processo Civil uma justificativa para a manutenção da docente no RTC,
752 lembrando que seu perfil acadêmico está sendo considerado incompatível com o que se
753 espera de um docente no mencionado regime de trabalho. Nessas condições, o processo
754 deve ser encaminhado à FDRP para conhecimento e providências da Diretoria e do
755 Departamento respectivo, retornando após a esta Comissão para os devidos fins." Em
756 reunião do Conselho do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil em 2.3.2015
757 aprovou-se, por unanimidade, o prazo de vinte dias a partir da referida data para que a
758 interessada apresente novo relatório de atividades, em atendimento ao parecer CERT nº
759 2729/2014, para sua manutenção no regime RTC. O Conselho do Departamento de Direito



760 Privado e de Processo Civil, em reunião de 9.6.2015, discutiu as ponderações apresentadas
761 no processo, acerca da análise de conteúdo de pesquisa, conforme deliberado na reunião
762 departamental anterior. Os conselheiros destacaram a importância do empenho desta
763 professora nos dois primeiros anos de curso, quando assumiu grande carga horária.
764 Entretanto, concluiu que, estritamente em relação à pesquisa, sua atuação no último biênio
765 não é compatível com o regime RTC. **Parecer do relator**, Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos
766 Santos Mendes, que assim conclui: "... A docente pode não ter tido uma produção
767 espetacular no período - algo que nem sequer deveria ser esperado para o RTC -, mas de
768 forma alguma se demonstrou inerte. Estou seguro ao afirmar que os resultados de pesquisa
769 da docente são alvissareiros. Rebaixá-la para o RTP é incoerente. É abortar resultados de
770 pesquisa já em gestação, alguns próximos do parto. Enfim, é sinalizar que cada um de nós
771 deve cuidar de si e esquecer do todo." O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos**
772 **Mendes diz** que é costumeiro de sua parte se manifestar muito pouco nos pareceres
773 porque basicamente já escreveram o que acham. Diz, ainda, que costuma ter uma postura
774 muito prática nas suas atividades, mas nesse caso em particular vai fazer uma exceção.
775 Considera ser um processo controvertido e que segue algumas máximas na sua vida, e uma
776 delas diz que tem coisa que se pensa e não se fala, coisa que se fala e não se escreve. Acha
777 muito difícil colocar em palavras emoções e sentimentos, de tal modo que podendo evitar,
778 não coloca em palavras escritas, pois, não refletem a forma como pensa e é muito difícil
779 refletir isso. Diz que, no caso desse parecer, não foi possível seguir essa máxima, mas, por
780 outro lado tem a oportunidade de falar, de tal modo que consiga adequar àquilo que está
781 escrito. Esclarece que as suas palavras nesse parecer buscaram passar um sentimento de
782 clamor em relação à professora, e os colegas que deliberaram de uma forma diversa no
783 Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, a quem tem muita admiração e
784 respeito, em momento algum quis fazer qualquer tipo de acusação. Inclusive abre o parecer
785 pedindo desculpas para superar essa questão, mas, considera que é bom deixar isso de
786 forma oral, pois, consegue passar de forma mais fidedigna. Comenta que conversou com a
787 Prof^a Dr^a Marta Rodrigues Mafféis Moreira e com vários colegas sobre a questão da
788 professora e alguns pontos não estão nesse parecer, por isso que está se manifestando de
789 forma oral. Esclarece que sua análise da situação da Prof^a Dr^a Marta Rodrigues Mafféis
790 Moreira, que foi solicitada pela CERT, foi especificamente em relação à pesquisa.
791 Estrictamente em relação à pesquisa, se fizerem um recorte estrito do ponto de vista da
792 pesquisa e conseguirem analisar a produção dela apenas sobre esse viés, ainda sim, em sua

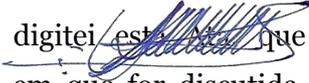


793 avaliação o relatório da professora é um relatório satisfatório. Não é um relatório nota dez,
794 nem nota oito, apenas do ponto de vista da pesquisa. Qual é o nível de pesquisa para
795 aprovar um relatório? Comenta que a professora tem dois artigos escritos, não publicados,
796 mas tem dois artigos escritos no biênio e um que se alinha com a pesquisa proposta por ela.
797 Considera, na sua avaliação, que isso é satisfatório. Comenta que quando avalia um aluno
798 para passar ou não na disciplina não é o dez, não é o oito, mas com nota cinco o aluno está
799 aprovado. Esclarece que olhando o relatório, não existe uma regra de nível de produção e
800 acaba gerando uma carga subjetiva. Comenta, ainda, que olhando o relatório da professora,
801 até cotejando com outros, ainda que, estritamente do ponto de vista da pesquisa, considera
802 que a nota cinco ela tem em sua avaliação. Isso olhando apenas sob o ponto de vista da
803 pesquisa. Considera, ainda, que estas questões estão interconectadas, pois, não há uma
804 moeda que só tenha uma cara, ela tem uma coroa. Diz que estão em cima de um tripé, que é
805 do ensino, da extensão, mas, que é da pesquisa. Ressalta que também tem outras questões
806 envolvidas, conversou com muitos colegas e a professora não é do seu círculo de amizade, e
807 não conhece a professora do ponto de vista pessoal e conversou com outros colegas e não
808 teve nenhum “senão” em relação à professora, nenhuma controvérsia. Teve conhecimento
809 que no primeiro biênio a professora se desdobrou por esta Faculdade, e teve, agora
810 recentemente, depois que fez o parecer, que ela abriu mão de uma licença maternidade.
811 Relata que é pai separado com guarda compartilhada e dá muito trabalho criar uma criança,
812 cuidando que nem mãe fosse e imagina um bebê para uma mãe. Reitera que ela abriu mão
813 disso pela Faculdade e contribuiu muito nesse primeiro momento. Diz que lhe aparenta que
814 esse é o perfil dessa professora, que pode ser que nesse biênio específico ela não tenha uma
815 produção exemplar na pesquisa, mas lhe aparenta que tem um desempenho satisfatório na
816 pesquisa e tem comprometimento com a Unidade. Complementa que ela teve passado, tem
817 um presente satisfatório e continua a desenvolver pesquisa, pois, foi para a Alemanha,
818 passou quinze dias lá, domina a língua alemã. Considera que, olhando globalmente, não
819 consegue dar um parecer diferente desse que colocou. Pontua mais uma questão, que a
820 despeito do caso em si, como membro da Congregação, entende que o Colegiado exerce uma
821 condição de gestão, tomando decisões de gestão de situações concretas, e isso produz efeitos
822 de gestão efetivamente, de transmitir mensagens indutoras de comportamento para a
823 comunidade. Pergunta qual mensagem transmitiriam nesse caso, para uma professora que
824 se dedicou, quando demandada, acima do que poderia dela ser exigido, e agora que,
825 eventualmente, em um período não teve uma produção espetacular, agora dizem que não



826 faz parte desse regime. Considera que, do ponto de vista financeiro a professora é
827 magistrada, não vai mudar nada para ela, mas, a questão é outra. Sob esse ponto de vista,
828 considera na sua avaliação pessoal que a mensagem é de desestímulo, pois a mensagem é
829 “cumpra os requisitos formais do regime e não importa trabalhar em equipe, que você está
830 bem. Agora você que tem condições de trabalhar em equipe quando demandado, se não
831 cumprir aquela ‘picuinha’, você pode dançar”. Reitera que sob esse aspecto e os demais que
832 falou é que fez suas considerações nesse parecer. Diz que conversou com a professora, pois,
833 ela não é do seu círculo de amizade, e a sua avaliação é de que é uma professora que podem
834 esperar, não agora que vai ter um filho, mas considera que podem manter esse sinal do RTC
835 para ela. O **Representante Discente Jesus Pacheco Simões acredita** que esse caso
836 tem algumas peculiaridades, gostou muito da manifestação do Prof. Dr. Guilherme Adolfo
837 dos Santos Mendes, e considera que é necessário passar uma mensagem de que não apenas
838 metas devem ser atingidas, mas conversando com a representação discente, até para poder
839 melhor analisar e verificar o caso da professora, pede vista do processo para analisar todos
840 os dados de forma mais completa e possam dar uma resposta mais adequada a essa
841 questão. O **Sr. Diretor** defere o pedido de vista dos autos ao Representante Discente Jesus
842 Pacheco Simões. **3. HOMOLOGAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL/RESULTADO DE**
843 **CONCURSO PARA LIVRE-DOCENTE. 3.1. PROCESSO 2014.1.716.89.3 -**
844 **DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO.** Homologação do Relatório Final e
845 Resultado do Concurso para Livre-Docente do Departamento de Direito Público - Área de
846 Direito Penal - Edital FDRP nº 25/2014. Candidato aprovado: Víctor Gabriel de Oliveira
847 Rodríguez. **A Congregação homologa, por unanimidade, o Relatório com o**
848 **Resultado do Concurso para Livre-Docente do Departamento de Direito**
849 **Público – Área de Direito Penal – Edital FDRP nº 25/2014, com a aprovação do**
850 **Prof. Dr. Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. 4. RECRENCIAMENTO**
851 **CERT. 4.1. PROCESSO 2012.1.542.89.3 - VÍCTOR GABRIEL DE OLIVEIRA**
852 **RODRIGUES.** Solicitação de recredenciamento junto à CERT - Comissão Especial de
853 Regimes de Trabalho, formulada pelo interessado. Aprovada ad referendum do Conselho do
854 Departamento de Direito Público em 17.7.2015, com base no parecer favorável do relator,
855 Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes. Parecer do relator, Prof. Associado
856 Alessandro Hirata, opinando pelo deferimento do pedido de recredenciamento do
857 interessado junto à CERT, acompanhando o parecer do Conselho do Departamento de
858 Direito Público. **A Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator,**



859 **Prof. Associado Alessandro Hirata, favorável à solicitação de**
860 **recredenciamento junto à CERT – Comissão Especial de Regimes de Trabalho,**
861 **formulada pelo interessado.** Nenhum dos demais membros desejando fazer o uso da
862 palavra, o **Sr. Diretor agradece** a presença de todos e dá por encerrada a reunião às
863 16h55. Do que, para constar, eu, Maria José de Carvalho Oliveira,
864 Assistente Acadêmica, lavrei e digitei ~~esta Ata~~  que será examinada pelos senhores
865 Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada.
866 Ribeirão Preto, 07 de agosto de 2015.